

O quê se diz das *TS* lá?

O estado de produção da pós-graduação sul-mato-grossense em educação sobre estudantes *trans* nas escolas

WHAT IF SAYS ABOUT TS THERE?

STATE OF PRODUCTION POST GRADUATE SOUTH MATOGROSSENSE ON TRANS STUDENTS IN SCHOOLS

Fernando Guimarães Oliveira da Silva
Universidade Estadual de Maringá - UEM
fernando.ufms@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5428-2870>

Eliane Rose Maio
Universidade Estadual de Maringá - UEM
elianerosemaio@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-9280-9864>

RESUMO

Nos últimos anos, no Brasil e também em outros países, têm sido preocupantes os conflitos que envolvem a construção de documentos educacionais, dentre os quais os Planos Municipais de Educação (PME) que legalizam as possibilidades de se trabalhar gênero e sexualidade nas escolas. Mesmo que problemática, destaca-se a contribuição de estudos que visam corroborar com uma proposta de educação que parta de seus/suas estudantes, desvinculando-se de predefinições e crenças contidas em tradições. É o caso deste estudo, ao investigar em seis Programas de Pós-graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da região sul-mato-grossense, a produção acadêmica e os grupos de estudos e pesquisas sobre as estudantes *trans* nas escolas. Objetivamos dar visibilidade a estes estudos e entender como os embates sobre estas questões acontecem nesta região. Os apontamentos conclusivos assinalam que não existem produções sobre estudantes *trans*, porém nos últimos cinco anos nota-se um aumento significativo na produção, apenas sobre o gênero feminino e homossexualidades.

Palavras-chave: Educação. Estudantes *trans* nas escolas. Produção acadêmica.

ABSTRACT

In recent years, in Brazil and in other countries, they have been troubling conflicts involving the construction of educational documents, among which the municipal education plans (PME) legalizing the possibilities to work with gender and sexuality in schools. Even if problematic, there is the contribution of studies that aim to corroborate an educational proposal that starts from his students, unbinding up presets and beliefs contained in traditions. This is the case of this study, to investigate five graduate programs in education of South Mato Grosso region, academic research on gender issues, sexual diversity and trans in schools. We aim to give visibility to these studies and understand how the conflicts on these issues take place in this region. Conclusive notes indicate that such matters are little discussed, but the last five years we note a significant increase in production, only about gender.

Keywords: Education. Trans students in school. Scientific production.

Introdução

Hoje, os termos gênero, sexualidade, igualdade e/ou identidade de gêneros, orientação e diversidade sexual e tantos outros fazem parte do cotidiano da escola. Mesmo que a tendência é silenciá-los, recorrer a nossas memórias escolares de infância nos desloca a bailar pela ideia da contradição presente em ações políticas que pretendem tornar essa discussão impossível lá. Aonde quer se vá à escola, seja no banheiro ou na preparação para levar as turmas ao lanche, almoço, eventos internos da escola etc., esbarramos nas questões de gênero e sexualidade. Poderíamos dizer também como bem defendem alguns/as políticos/as, que estas questões são resolvidas pelas próprias crianças no contato além da escola (família e experiências individuais), no entanto, elas continuam ecoando por todas as atividades da escola.

Não é de hoje que se ouve de muitos/as professores/as, gestores/as e técnicos/as, as dificuldades enfrentadas no contato com diferentes modos de ser e estar no mundo que estão nas escolas. Dentre elas, podemos citar as estudantes transgêneros e porque também não diríamos sobre diferentes homossexualidades e lesbianidades, mas neste estudo, iremos nos ater às estudantes trans¹. Principalmente quando a identidade de gênero delas desconstrói o alinhamento, tradicionalmente incutido em nossas cabeças sobre sexo-gênero-sexualidade. Por meio de nossas discussões, temos encontrado pesquisas valorosas sobre o modo como os/as professores/as discutem as corporalidades trans na escola,

culpabilizando as estudantes trans pelos apontamentos, situações vexatórias e cenas de preconceitos vividas.

Reconhecer estas diferenças e tratá-las sem diferença desloca os/as profissionais da educação a assumirem novas formas de lidar com a identidade de gênero de seus/suas alunos/as. Uma delas diz respeito ao modo como o corpo de estudantes trans é construído, uma vez que ultrapassa a fronteira daquilo que acreditamos ser responsável por classificar e caracterizar algumas pessoas, de acordo com marcadores de gênero. Frente a estas ponderações, resolvemos nesse estudo problematizar o que se diz sobre as TS (estudantes trans) nos Programas de mestrado e doutorado da região sul-mato-grossense. Para esse fim, torna-se relevante não apenas investigar a produção teórica sobre elas, mas também entender como se focam os estudos de gênero e diversidade sexual para dar visibilidade às concepções fundantes do estudo naquela região.

Atravessando esses sentidos da produção acadêmica, também visamos criar uma leitura da proposta de educação que estas pesquisas trazem. Uma vez que, entendida pelo enfoque de uma proposta de educação inclusiva, subentende-se que lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT) também compõem os referenciais que embasam essa leitura. Com o recurso do Estado da Arte, segundo Norma Ferreira (2002), podemos mapear o estado do conhecimento sobre as principais discussões destacadas e privilegiadas em diferentes lugares, áreas e apresentam um caráter metodologicamente descritivo da investigação que se pretende fazer e acrescenta que o/a Pesquisador/a:

Sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema (FERREIRA, 2002, p. 259).

Diante disso, para traçar um panorama sobre o modo como as pesquisas em educação com o tema de diversidade sexual nas escolas na região sul-mato-grossense vêm se construindo, fizemos uma varredura em dissertações e teses de seis Programas de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) encontrados na Plataforma Sucupira distribuídos em quatro cidades, dentre as quais: Campo Grande, Dourados, Paranaíba e Corumbá. Por sua vez, estes temas apresentam-se num ritmo desproporcional ao avanço que os estudos de outras questões da educação têm se colocado. Comparado também que, existem dois Programas localizados na capital Campo Grande com mais de 20 anos de formação de

pesquisadores/as em educação, ao passo que também encontramos Programa nas extremidades do Estado: Paranaíba (Leste), Corumbá (Oeste) e Dourados (Sul) com aproximadamente menos de dez anos de formação de pesquisadores/as na área e que têm produzido significativamente em relação aos temas de gênero, sexualidade e diversidade sexual nas escolas.

Este texto também partiu de inquietações geradas em torno da leitura feita sobre o documento elaborado pela Comissão Estadual de Defesa da Lei Maria da Penha de Mato Grosso do Sul (2012, p. 5) ao analisar o cenário socioeconômico, cultural e familiar daquela região trazendo uma questão machista, patriarcal e violentamente atravessada pela naturalização do feminicídio, o que leva o documento afirmar “Nesse cenário, impera a cultura e/ou ideologia do patriarcado onde os homens se consideram “dono” das mulheres, com poder de vida e morte sobre elas. Historicamente, as mulheres têm empreendido uma luta diária e incansável para que a violência e a discriminação sejam, enfim erradicadas”. Se existe um potencial machista, independente da dimensão da violência que ele gera, não apenas estudantes, mas pessoas trans em geral convivem com atitudes desrespeitosas e aniquiladoras de seus direitos humanos, o que justifica a promoção desta investigação do estado da produção acadêmica nesta região.

Elaborações possíveis...

As questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual foram lançadas como temas relevantes nas escolas brasileiras como consequência da preocupação com os elevados índices de violência contra as mulheres, homossexuais e pessoas Ts (BRASIL, 2007). Problematicamos essa questão aludindo aos documentos educacionais, porque quantos/as responsáveis familiares não violentam seus/suas filhos/as ao desrespeitarem os valores ‘tradicionais’ criados para o feminino e masculino. Para pincelar o potencial violento disso, basta recorrermos a noticiários que informam a condição brutal em que meninas e meninos, homossexuais e pessoas Ts convivem em suas famílias, na escola, no trabalho e outros locais.

Várias tragédias, condições potenciais de risco e violência poderiam ser evitadas, se caso fossem tomadas iniciativas para diminuir as desigualdades entre os gêneros e a fobia contra homossexuais e pessoas Ts (JUNQUEIRA, 2009). O trato com o tema se faz relevante, como bem destaca o Mapa da Violência contra as Mulheres (WAISELFICZ, 2015). A apresentação dessa pesquisa deixa visível o aumento da taxa de feminicídio, com um aumento de 4,4%, em 2003, para 4,8%, em 2013, o que nos demonstra que nesse intervalo

“o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década. Essas 4.762 mortes em 2013 representam 13 homicídios femininos diários” (WASELFICZ, 2015, p. 13).

A mesma pesquisa do Mapa de Violência contra as Mulheres apresentou que houve queda do índice de feminicídio no primeiro ano de vigência da Lei Maria da Penha², porém permaneceu ampliando-se entre 2008 e 2013. Ao contrário de dispositivos legais que criminalizam a violência contra a mulher; homossexuais e mulheres Ts já não podem desfrutar do mesmo direito à criminalidade da homofobia e transfobia. No entanto, o que se questiona sobre o tema é como os valores sociais se imbricam com diferentes modos de ser e estar não regulados e controlados pelos discursos normativos sobre gênero, sexo e sexualidade que pairam no ambiente escolar? A presente indagação nos deslocou a realizar uma pesquisa do Estado da Arte para compreender os sentidos construídos em pesquisas sobre o tema e quais os desdobramentos deles na região sul-mato-grossense.

Em Agosto de 2016, pesquisamos na Plataforma Sucupira, os Programas de Pós-graduação *strictu sensu* (Mestrado e Doutorado) em Educação na região sul-mato-grossense. Encontramos seis Programas, sendo cinco na modalidade acadêmica e um profissional³; três Programas com mestrado e doutorado e três, apenas com mestrado. Desses, apenas um Programa é da rede privada (UCDB) e os demais do poder público (UFMS, UFGD e UEMS).

No que se referem ao tempo dos Programas, os mestrados mais antigos se concentram na região da capital do Estado de Mato Grosso do Sul, a cidade de Campo Grande, mais especificadamente oferecido pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). O primeiro oferece mestrado, desde 1988 e doutorado desde 2005; o segundo iniciou as atividades do mestrado em 1994 e do doutorado em 2010, o que sinaliza dois Programas com mais de vinte anos de formação de pesquisadores/as na área da educação.

Abaixo, elaboramos uma tabela para ilustrar a relação dos Programas, cidade, modalidades, início e o tempo que estes vêm formando profissionais para a pesquisa em educação. Esta, por sua vez, contou com a base de dados da plataforma Sucupira.

Instituição	Cidade	Modalidade	Início	Tempo
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CCHS)	Campo Grande	Mestrado	01/01/1988	28 anos
		Doutorado	01/01/2005	11 anos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPAN)	Corumbá	Mestrado	01/01/2009	7 anos
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	Campo Grande	Mestrado	01/01/1994	22 anos
		Doutorado	01/01/2010	6 anos
		Mestrado	01/01/2008	8 anos

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Dourados	Doutorado	01/09/2014	2 anos
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/PAR)	Paranaíba	Mestrado	01/08/2011	5 anos
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/CG)	Campo Grande	Mestrado Profissional	01/01/2013	3 anos

Tabela 1 - Relação de cursos de Pós-Graduação em educação na região sul-mato-grossense

Fonte: Elaboração do/a autor/a.

A caracterização do tempo de formação destes Programas nos oferece a leitura de que dois deles têm mais de 20 anos (UFMS/CCHS e UCDB), ao mesmo em que os demais estão com menos de dez anos de formação, como é o caso da UFMS/CPAN, UFGD e a UEMS de Campo Grande e de Paranaíba. Pensamos relevante também compreender as linhas de pesquisas que atravessam estes Programas para entender se realmente estão voltados para o que se pretende analisar neste estudo, principalmente, no que se refere à produção sobre as TS na escola. Encontramos, então:

Instituição	Linhas de pesquisa
UFMS/CCHS	Educação e trabalho
	Educação, psicologia e prática docente
	Ensino de ciências e matemática
	Escola, cultura e disciplinas escolares
	História, políticas e educação
UFMS/CPAN	Formação de educadores e diversidade
	Gênero e sexualidades, cultura, educação e saúde
	Políticas, práticas institucionais e exclusão/inclusão social
UCDB	Políticas educacionais, gestão da escola e formação docente
	Práticas pedagógicas e sua relação com a formação docente
	Diversidade cultural e educação indígena
UFGD	História da educação, memória e sociedade
	Políticas e gestão da educação
	Educação e diversidade
UEMS/CPAR	Currículo, formação docente e diversidade
	História, sociedade e educação
	Linguagem, educação e cultura
UEMS/CPCG	Organização do trabalho didático
	Formação de professores e diversidade

Tabela 2 - Linhas de pesquisas dos Programas de Pós-graduação sul-mato-grossense

Fonte: Elaboração do/a autor/a

Dos sete Programas analisados, observamos a presença de linha de pesquisa envolvendo a questão da diversidade em apenas cinco Programas: UFMS/CPAN, UCDB, UFGD e UEMS CPAR e CPCG. O único Programa que não discute a questão de gênero, sexualidade ou diversidade sexual é o Programa mais antigo, o da UFMS na cidade de Campo Grande, o qual representa o Programa com mais linhas de pesquisa, com aproximadamente cinco.

É relevante destacar, o entendimento do Programa de Pós-graduação da UFMS/CPAN, uma vez que direciona uma linha de pesquisa para as questões que envolvem o gênero e a sexualidade. Frisamos o entendimento acerca das 'sexualidades' citadas pela linha de pesquisa do Programa, o avanço que os estudos sobre a temática abordada têm trazido para refletir a despeito das relações entre sexo, gênero e sexualidade, desalinhando a perspectiva tradicionalista que tanto insiste em fixar identidades e maneiras das pessoas se orientarem, quando o assunto é sexualidade.

Corroboramos assim com Louro (2013, p. 45-46), ao afirmar que

[...] esse é um processo constrangido e limitado desde seu início, uma vez que o sujeito não decide sobre o sexo que irá ou não assumir; na verdade, as normas regulatórias de uma sociedade abrem possibilidades que ele assume, apropria e materializa. Ainda que essas normas reiterem sempre, de forma compulsória, a heterossexualidade, paradoxalmente, elas também dão espaço para a produção dos corpos que a elas não se ajustam. Esses serão constituídos como sujeitos "abjetos" - aqueles que escapam da norma.

Com esse entendimento, o Programa torna visível que existem possibilidades de viver uma "multiplicidade" (DELEUZE, 1999, p. 32) de sexualidades por meio de uma variedade de expressão de desejos e prazeres distantes do que é considerado permitido pelos padrões estabelecidos que tenha a heterossexualidade como princípio de norma.

Nos demais Programas, a diversidade não tem foco em gênero, sexualidade e diversidade sexual como propõe o da UFMS/CPAN, ampliando para problemáticas que discutem raça, etnia e cultura por meio de intersecções. Aderimos a isso, a força que os movimentos indígenas e rurais assumem na região sul-mato-grossense, uma vez que os cursos de Pós-graduação se organizam em função das necessidades formativas das regiões e das áreas dos/as docentes-pesquisadores/as vinculados/as.

Ressalta-se que a pesquisa limitou-se à plataforma de dissertações e teses dos Programas analisados. Utilizamos, com isso, de três palavras-chave (gênero, sexualidade e diversidade sexual) para pesquisar junto aos Programas, porém nos casos em que não havia repositório para facilitar a pesquisa, esta foi feita por meio do *download* de cada produção por autor/a, a fim de conhecer títulos, anos de produção, referencial teórico e os respectivos resumos que apontavam tratar sobre o tema. Porém, tivemos um impasse no download de textos da UCDB, o que não oportunizou qualificar o objetivo desta pesquisa com a produção daquela Universidade.

Dispomos também para entendimento do quadro que se segue, a sigla T para tese e D para dissertação. Com isso, poderemos visualizar melhor a produção acadêmica nestas duas modalidades.

Instituição	Ano	Título	Autor
UFMS/CCHS	2016 T	Discursos científicos sobre a homofobia no processo de escolarização: enunciados e problematizações	ROSA, M. V. da.
UFMS/CPAN	2011 D	Representações de gênero nas falas das professoras da pré escola e primeiro ano do Ensino Fundamental que atuam no município de Corumbá/MS	SANTOS, V. L. dos
	2014 D	Modos de subjetivação feminina na Revista <i>Atrevidinha</i> : estratégias de charme, beleza e atitude para as meninas	ROCHA, C. N. B. da
	2014 D	Corpo e gênero: representações de crianças de uma instituição especializada às pessoas com deficiência intelectual e múltipla no município de Corumbá/MS	MAISATTO, R. de O.
	2015 D	As feminilidades nos livros para a infância do acervo das obras complementares do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa (PNAIC)	STEFANELLI, F. A. da S.
	2015 D	Filmes de animação da Barbie: normatizações e resistências aos modelos de feminilidade	BACARIN, T. I.
UCDB	1997 D	Relações de gênero no campo: o processo de produção das relações de dominação de gênero e as tentativas de enfrentamento e superação empreendidas pelo MMA	Sem autor
	1997 D	Busca de subsídios para a educação sexual	Sem autor
	2000 D	Manifestações de gênero na formação e atuação de professores em séries iniciais do Ensino Fundamental	Sem autor
	2009 D	Educação e gênero: a re-significação da masculinidade	Sem autor
	2016 D	Relações de gênero no currículo de uma escola estadual com alto índice de desenvolvimento da educação básica	Sem autor
UFGD	2010 D	Memória de infância de professoras da educação infantil: gênero e sexualidade	CAMPOS, M. I.
	2013 D	Concepções de gênero, sexualidade e corpo apresentadas nos livros didáticos de ciências de Carlos Barros (1980-1990)	POLONI, J. A.
UEMS/CPAR	2013 D	Educação, memória e sexualidade: narrativa dos professores e profissionais da saúde sobre a educação sexual e formação docente	SILVA, E. M. da
	2014 D	Sexualidade e currículo: a educação sexual no currículo oficial do Estado de São Paulo para o Ensino Médio	GODOY, E. A.
	2014 D	Relações de gênero e sexualidade: narrativas de professoras e de crianças de uma escola pública de tempo integral, Goiás	ALVES, J. D. M.
	2015 D	Violências de gênero mediante percepções de estudantes do Ensino Médio de uma escola pública em Paranaíba/MS	SOUZA, J. T. de
	2015 D	Vozes (des)veladas: memórias de homossexuais sobre práticas escolares	SILVA, F. G. O. da
	2016 D	Gênero, diversidade sexual e educação: concepções de professoras da educação básica no município de Paranaíba/MS	CASTRO, L. B.

UEMS	2015 D	Formação de professores(as) em gênero, raça e etnia: contribuições do projeto gênero e diversidade na escola	HENKIN, R. N.
------	-----------	--	---------------

Tabela 3 - Produção acadêmica sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual

Fonte: Elaboração do/a autor/a

O presente Estado da Arte oportunizou conhecer a parca produção acadêmica sobre o tema. Primeiramente, se considerarmos os Programas mais antigos, como UFMS/CCHS e UCDB que estão próximos dos 30 anos de formação; no primeiro caso, encontramos apenas um tema que trata sobre homofobia e na segunda instituição, encontramos intervalos significativos de distância da produção que trata sobre o tema de gênero. Apesar de um quantitativo maior de produção acadêmica sobre o tema de gênero, o que não podemos desvalorizar o avanço potencial disso. Notamos também, uma ausência dos estudos sobre sexualidade, principalmente no que se refere a pessoas homossexuais e mulheres e homens Ts nas escolas ou em outros espaços de educação.

No que se refere aos Programas com menos de 10 anos de formação, como é o caso da UFMS/CPAN, UFGD e UEMS, evidenciamos uma produção acadêmica volumosa sobre gênero e sexualidade, no entanto, ainda sinalizamos para uma produção fraca no Programa mais antigo, como no caso da UFGD, uma vez que o Programa tem 8 anos de formação. Destacamos também que, na região de Paranaíba, a UEMS/CPAR desde 2013 com a primeira turma formada, o Programa produziu, por ano, pelo menos uma defesa acerca do tema de gênero e sexualidades.

Merece destaque a produção acadêmica sobre gênero nessa região, em alguns casos acompanhados dos estudos sobre feminilidades, como bem representa o Programa da UFMS/CPAN. Pensamos, então, que gênero “ênfatisa todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não diretamente determinado pelo sexo, nem determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995, p. 76).

Para propor uma reflexão profícua sobre gênero a partir dos feminismos gostamos de nos reportar à problematização do por que produzir essa interlocução. Por quê? Porque ambos foram responsáveis por dar visibilidade à condição das mulheres nos espaços sociais e na história.

Por outro lado, o feminismo contemporâneo vem apontando radicalmente para a necessidade da produção de um discurso histórico diferenciado, capaz de criar novos conceitos e chamar a atenção para campos de problematização e para fontes de documentos até então ignorados ou subestimados. Propõe, então, uma leitura feminista da História, com todas as profundas controvérsias suscitadas, explicitadas ou não (RAGO, 1996, p. 17-18).

E quando nos referimos a uma leitura feminista, pretendemos a superação de ranços históricos que criam e fortalecem estereótipos femininos. Discutimos uma área de pesquisa para a formação da diversidade e da problematização constante dessas questões nas escolas por representar um espaço de inclusão social, democracia e formação cidadã para que as pessoas lá formadas possam exercer funções sociais que reconheçam diversidades e expressões de sexualidades. Discutimos, ainda, de pesquisas que ofereçam condições de converter percepções assimétricas nas relações de gênero, sexualidade e diversidade sexual.

Explorando conceitos e problemáticas

As discussões que envolveram os principais conceitos explorados tiveram como fonte de informação as referências na íntegra utilizadas em todas as dissertações e teses levantadas. O ponto de análise norteou-se pelas seguintes questões: quais perspectivas teóricas dizem sobre sexo, sexualidade, gênero, identidade e diversidade sexual? Como estes conceitos foram se ampliando? Atravessando essas problemáticas, as respostas podem indicar apontamentos significativos para entender os estudos sobre estes temas na região sul-mato-grossense.

Contribuições recentes das pesquisas em educação sobre gênero e diversidade sexual nas escolas compreendem que a “[...] escola tem muita dificuldade no trato com a questão da identidade de gênero, mostrando-se muitas vezes insegura e perdida diante das cenas que não estão presentes em seus manuais” (PERES, 2009, p. 245). Entendemos que a escola é limitada no trato com as questões de gênero e diversidades sexuais, mas poderíamos nos arriscar a dizer que esta limitação está inscrita nas pessoas que lá promovem educação. Não se trata da tradição de que a escola não consegue concretizar seus pressupostos inclusivos, porque esbarra em questões de ambiente físico, de políticas educacionais etc., mas porque as pessoas que lá atuam, expressam seus sentidos éticos e morais em práticas que se movem por transformações sociais ou por rituais que asseguram a presença da norma (FOUCAULT, 2013). Podemos dizer que muitos/as são permeados de discursos que ainda insistem em potencializar os processos de estigmatização da identidade de gênero das estudantes Ts nas escolas (PERES, 2009).

Nas produções em que conseguimos encontrar autores/as nota-se o uso de obras referências aos estudos sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual nas escolas, dentre

elas cita-se Guacira Lopes Louro, Dagmar Meyer, Michel Foucault, Joan Scott, Anderson Ferrari, Rogério Diniz Junqueira e outros/as. O que nos chama a atenção é que os recortes de pesquisa são variados e possuem uma diversidade de pontos de discussão que nos deslocam a afirmar que os/as novos/as sujeitos estão causando descentramentos de identidades velhas, cristalizadas e autossuficientes na escola (SILVA, 2000). Os recortes produzem modos alternativos de ser e estar na escola que não necessariamente conduzem a normatividades sobre um jeito único de ser do gênero masculino e feminino. Trazem estudantes e professores/as, materiais didáticos e relações sociais entre eles/as que são atravessados por perspectivas transformativas e normatizados, apontando pontos nodais e possibilidades de desconstruir os “estados de dominação” (FOUCAULT, 2004, p. 32) das TS e homossexuais na escola.

Sob o argumento de que a escola não consegue incluir as identidades transgêneros (travestis e transexuais), destacamos o ponto mais dificultoso para se transpor esta barreira. Têm-se que cuidar das im/possibilidades daquilo que se produz sobre gênero, sexo e sexualidades, uma vez que a maioria dos estudos contidos na tabela 3, no que se refere aos sujeitos da pesquisa, elas trazem masculinidades, feminilidades, homossexualidades, o que em muito contribui para desconsiderar corporalidades travestis e transexuais na região sul-mato-grossense.

Trans/bordando outras identidades, o encontro que nos dispomos a fazer, elegeu as Ts (travestis e transexuais) para entender como os estudos naquela região constroem uma formação identitária sobre elas. No entanto, o levantamento feito oportunizou entender que não há nas Plataformas abordagens que elegem as Ts como foco de estudos em pesquisas na área de educação. Para justificar o porquê nos orientamos nessa pesquisa para identidades Ts nas escolas, vale trazer o Professor Wiliam Siqueira Peres (2009, p. 249) quando realça a função da educação no convívio com as diferenças.

A escola, que deveria ser um lugar de inclusão e respeito da diversidade, muitas vezes perde a sua função e passa a desempenhar outras. Torna-se escola-polícia, escola-igreja, escola-tribunal, orientadas por tecnologias sofisticadas de poder centradas na disciplina dos corpos e na regulação dos prazeres. Distanciam-se, assim, de uma das funções da educação: tornar as pessoas preparadas para o convívio com as diferenças por meio da produção de sentimentos e atitudes de fraternidade, solidariedade e igualdade de direitos, valorizando o coletivo e garantindo o acesso à informação, sem o que é impossível às pessoas a construção de suas cidadanias. Fazendo uso de slogan do movimento nacional de travestis, transexuais e transgêneros, vale recordar que: “Cidadania não tem roupa certa!”

Predomina nas pesquisas uma leitura de sexo, gênero e sexualidade como uma construção social, não desconsideram os aspectos biológicos contidos no sexo e consideram que o gênero e a sexualidade não são determinados pelo sexo. O exercício da escola, nesse contexto, é promover condições de diminuir as condutas violentas entre os/as estudantes, formando-os sobre o assunto para que possam conviver de maneira saudável e respeitosa. É a partir dessas condições que os/as autores/as elencados/as nas Plataformas formalizaram uma vinculação extrema entre escola e a impossibilidade dela ser um espaço de fruição de novas maneiras de ser e estar no mundo que não heterossexuais. Cabe aos/às estudantes LGBT, como bem pontua a pesquisa de Silva (2015), adequarem-se apenas ao estar na escola e serem respeitados/os com o auxílio de professores/as e outros/as profissionais. No contexto de uma concepção de escola que acolha estes/as estudantes, as discussões permeiam um conjunto de possibilidades de respeito ao direito de ser e se dizer para o mundo como melhor se identifica consigo mesmo, independente do que práticas reprodutoras de identidades cristalizadas insistam em dizer a eles/as sobre o que devem ser e maneira como devem estar (SILVA, 2015).

Entre as pesquisas que correlacionam o abandono, evasão escolar e baixo rendimento educacional aos episódios de homo, lesbo e transfobias, ressalta-se a frequência do uso de metodologias que envolvem as pessoas na pesquisa, valorando as construções discursivas que elas/es trazem sobre o assunto. Geralmente, valem-se de questionários e entrevistas não estruturadas com suporte em recursos analíticos da memória, grupos focais e as narrativas. Ressalta-se entre elas, a dissertação de Emerson André Godoy (2014), pesquisou cerca de 60% de 46 professores/as do Ensino Médio de Escolas Estaduais do Município de Andradina/SP. Nela, ele constatou que professores/as sentem-se insuficientemente conhecedores/as do assunto, julgam não compreender o momento de tratar este assunto em meio aos desapoios dissolvidos em cobranças externas de gestores/as e, até mesmo dos/das responsáveis familiares. Concluindo que apesar do tema estar inscrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998) e também no Currículo Oficial do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2011), o trato sobre o conteúdo ainda é raso, se não escasso das disciplinas escolares. Destacamos que esta pesquisa foi desenvolvida na região de São Paulo, apesar do Programa de Pós-graduação ocorrer na cidade de Paranaíba/MS.

Em outra pesquisa, desta vez desenvolvida na cidade de Paranaíba, o autor Júnior Tomaz de Souza (2015) utilizou-se do grupo focal com estudantes do Ensino Médio de uma Escola Estadual do Município. O enfoque dado pelo autor visou entender as construções

perceptivas dos/as estudantes sobre violência de gênero. O primeiro resultado preocupante veio com a ênfase que os/as estudantes deram à ausência de discussões sobre os temas ponderados sobre toda a trajetória escolar deles/as. Assim sendo, observamos também que os/as estudantes, na conclusão do autor, desconhecem outras formas de violência que não seja a questão física, trazendo que na escola não ocorrem muitas cenas de violência contra estudantes homossexuais, lésbicas e Ts.

Mostrou-se relevante, então, enfatizar que as pesquisas não assumiram um caráter meramente bibliográfico, mas trouxeram discussões diferentes valorosas sobre o tema que afirmam o aumento da condição de possibilidades de tornar o tema de gênero e sexualidade parte do cotidiano da rotina escolar e também pedagógica em sala de aula. Com fundamento nisso, o avanço dado ao tema tem sido significativo para discussões que possam ampliar políticas públicas e educacionais na área. Isso se tornou enfoque, por exemplo, na pesquisa de Santos (2011) quando evidencia representações de seis professoras da Educação Infantil e do primeiro ano do Ensino Fundamental. Ela trouxe por meio de entrevistas e observações de salas de aula delas, elegeu três categorias, como: gênero, sexualidade e prática pedagógica. Foram declaradas que o modelo utilizado para tratar a correlação entre os assuntos parte de uma perspectiva heterocêntrica com práticas assistemáticas que surgem com orientações individuais ou em grupo compreendidas como uma educação sexual.

No que refere ao *lôcus* de pesquisa, vimos que apenas oito delas se referem a práticas pedagógicas, concepções de professores/as e de estudantes sobre gênero e sexualidade. Sobre a aplicação da pesquisa em cidades da região sul-mato-grossense, tivemos apenas sete desenvolvidas nos municípios de Paranaíba, Corumbá, Dourados e Campo Grande. Assim, na UFMS/CPAN destacam-se duas, sendo a de Santos (2011) e Maisatto (2014); na UFGD uma, a de Campos (2010); na UEMS/CPAR três, respectivamente de Silva (2013), Souza (2015) e Castro (2016); e por último, a de Henkin (2015) ligada à UEMS/CG. Estas trazem contextos analíticos sobre o modo como acontecem práticas pedagógicas dirigidas à educação sexual naquela região, porém não apresenta dados significativos que tratam sobre Ts nas escolas.

Questões a se avançar!

A pergunta do título traz para os estudos sobre diversidades sexuais nas escolas relevantes fragmentos de vozes de diversos/as autores/as que se dispõem a pesquisar

sobre identidades Ts nas escolas. De um modo geral, a pergunta representa um atravessar subversivo, de uma in/existência ilícita, mas às vezes, possibilita a produção de novos saberes e modos diferentes das identidades heterorreguladas que estamos acostumados a experimentar.

Pressupomos compreender um lugar, um estar ou até mesmo um ser que mergulha em formas específicas de se expressar que não são bem vistas pelo discurso normativo daqueles/as que pertencem e acreditam pertencer ao centro de normalidades. Mergulhamos numa seara interessante na produção acadêmica no Estado de Mato Grosso do Sul, todavia no que se refere às mulheres Ts, os estudos na área da educação ainda não despontaram a atenção necessária para providenciar que estes modos de ser lá aconteça. Neste mergulho oportunizou-se conhecer diferentes produções sobre gênero e sexualidade, ora que atuam em feminilidades ora sobre homossexualidades masculinas.

Ao realçar no título a questão T, queremos encontrar a formação identitária de mulheres Ts nas escolas ou em outros espaços de educação que possam ser enfoques de pesquisas na área. Ao menos nessa região não foi possível conhecer produções que envolvem estudantes TS. Há que se ressaltar que estudar as Ts, como em geral ocorre com o diferente de imagens ditas normais – podem-se dizer heterossexuais – ainda representa pouco interesse como bem pontua Bohm (2009) ao associar a imagem de travestis às identidades monstros, o que constituem em dificuldades de permanência e ingresso nas escolas. No entanto, são identidades que estão na escola e, por conta disso, precisam de visibilidade. Não podemos deixar que outras urgências do campo educacional, que não são poucas, possam interferir no tempo para mais reflexões teóricas sobre o assunto.

Insistindo nisso e promovendo aproximações urgentes sobre Ts, queremos trazer questões que podem ser relevantes. Aliás, pensamos que a construção epistemológica de um campo do conhecimento ocorre a partir do momento em que movimentamos o campo conceitual pela qual desequilibramos o conhecimento científico, o modo pelo qual nos debruçamos a compreender a relação entre as Ts – enquanto estudante, cidadã de direito etc. – promovendo discussões contínuas que representam ‘vírgulas’ em busca de novos conhecimentos e novas produções sobre as Ts nas escolas. Contribuir para a produção de uma epistemologia T ou poderíamos nos arriscar a dizer, um projeto sexualmente diverso de conhecimento. As produções sobre diversidade sexual na escola e em outros espaços também, não têm produzido críticas apenas ao modo dominante em que as práticas escolares insistem em produzir modos assimétricos sobre os gêneros e as possibilidades identitárias de vivê-los. Pensamos, além disso, principalmente se analisarmos que são

peessoas com necessidades, culturas, histórias, discursos, práticas diferenciadas e que, sobretudo materializam profícuas alterações no conhecimento científico em Psicologia, Letras, Jurídico e, porque não acrescentar Educação.

Não seria demais afirmar que a crítica aos estados de dominação que vivemos e repercutem nas práticas escolares chocam-se com discursos religiosos, por sua vez, sexistas e transfóbicos que insistem na heterorregulação dos corpos e dos prazeres. Podemos dizer que os conceitos que orientam práticas, ocorrem de maneira excludente, segregacionista e assimétrica, colocando e resistindo às transformações que estas estudantes provocam. Portanto, poderíamos dizer que as masculinidades assumem caráter dominante, até mesmo nos espaços da escola. Isso viabiliza o silêncio oportuno para que práticas reguladas desconsiderem potencialidades da construção viva de uma identidade T no ambiente escolar. Pensa-se com fundamento em um modo universal de ser menino ou menina inscrito em muitos discursos no órgão genital como determinador de fronteiras entre os gêneros (LOURO, 1997).

O que foge aos padrões é considerado às margens, nos limites da diferença, do estranho, do instável, segundo Foucault (2010) demarca em sua obra *“Os anormais”*. Promovemos apontamentos que dizem sobre estas pessoas que estão vivendo nesta existência indizível, porque acreditamos que a “identidade e a diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido” (SILVA, 2000, p. 78). Pensamos na produção de um campo do conhecimento que conflua diferentes pedagogias que problematizam o dizível aliado ao indizível, que fale sobre heterossexualidade, mas que não desconsidere o seu oposto, que transpõem as barreiras do que é considerado limite para os sexos. O movimento do conhecimento científico vem para compreender estas identidades na complexidade processual dos espaços em que elas se tornam encenada, reais e se fazem estar.

Esta é uma das principais dificuldades que surgem no campo epistemológico T na educação, encontrar possíveis diálogos entre as identidades “disputadas” (SILVA, 2000, p. 81). Os processos de poder se complexificam em relações que tendenciam a incluir/excluir, classificar e de normalizar (SILVA, 2000). É possível ver nisso, uma prática escolar potencializadora de limitações entre um gênero predominante e outro subalterno, entre sistemas de verdades limitadas que impedem a transposição da regra. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000), o processo de normalizar significa atribuir características positivas a uma identidade e tornar outras subalternas ou posicionadas assimetricamente em relação ao acesso de privilégios sociais. Por conta disso, para potencializar força às identidades

subalternas cremos na necessidade de dizer sobre elas, torná-las visíveis, atribuir características positivas a partir dos espaços onde se encontram e se dizem. Como problematização a se alcançar, reconhecemos concepções heterossexualizadas altamente ditas autossuficientes, totalizadoras e absolutas. Trazemos, então, a possibilidade da ruptura e do tensionamento entre diálogos ‘normais’ (heterossexuais) e ‘anormais’ (LGBT) para dar vivacidade a outras formas de ser e de estar na escola que provocam problematizações sobre/na/para as práticas escolares e pedagógicas.

Há que se pensar como diz Peres (2009) que as Ts estão produzindo maneiras específicas de um estar em sociedade que demonstram maneiras infinitas de produção de formas diferentes de identidades, maneira de conviver, linguagens territorializadas, vestimentas, sexualidades e etc. Aponta com isso, processos de subjetivação⁴ feminina que desestabilizam, cultural e socialmente, modelos fixados de identidade e corporalidades diversas que “aludem a alguma espécie de mobilidade entre os diferentes territórios da identidade” (SILVA, 2000, p. 86).

É nesta perspectiva que Veiga-Neto (2003), conhecido pelos seus trabalhos na linha dos Estudos Culturais, ao se propor investigar a desnaturalização do estado das coisas ressoa possibilidades para entender ao que nos propomos neste texto, a identidade T nos estudos sul-mato-grossenses de educação. De acordo com ele, “saber como chegamos a ser o que somos é condição absolutamente necessária, ainda que insuficiente, para resistir, para desarmar, reverter, subverter o que somos e o que fazemos” (VEIGA-NETO, 2003, p. 7). Desse modo, mais que questões vinculadas apenas à legitimidade de uma identidade única, no âmbito da cultura pensam-se em culturas permeadas de práticas educativas guiadas por um indeterminismo que “abre perspectivas extremamente desafiadoras, produtivas e interessantes no campo pedagógico” (VEIGA-NETO, 2003, p. 13).

Promovemos uma leitura de gênero e sexualidade em que a prática educativa articula transformações no campo da formação de estudantes Ts com o objetivo de intensificar formas de fruição de modos de ser e estar não regulados pelos discursos heteronormativos. Observamos atualmente uma crescente abertura para estudos que envolvem as questões homossexuais e do gênero feminino na escola, como temos demonstrado, mas sobre a questão das TS ainda são poucas as produções na área. Da mesma forma, a escola enquanto tecnologia que fazem os gêneros também pode ser um território de contestação. Elas ocorrem pelas aceitações que são feitas pela formação identitárias daqueles/as que diz nos insultar. Para Berenice Bento (2010), recorrendo aos estudos de Beatriz Preciado e a Teoria *Queer*⁵, a autora diz que aceitar um insulto é mais saudável ao

invés de dar vez para que o discurso médico a intitula lésbica. Com esta concepção, ela traz uma relação entre o centro e a margem, entendendo-os como uma “relação binária, simplista, antagônica. O centro habita a margem e a margem é construída em relação com o centro” (BENTO, 2010, p. 11).

Afirma assim que

[...] o insulto, um dos dispositivos mais eficazes para produção de seres abjetos que devem ser postos às margens, se transforma em fundamento para construir uma nova identidade marcada na e pela disputa. Assumir o insulto enquanto um elemento identitário é falar da margem ao centro, construir uma concepção pós-identitária. Ao mesmo tempo explicita a violência posta em jogo no processo de nomeação e hierarquização das identidades. A margem constrói um campo discursivo contra-hegemônico ao poder-saber médico (BENTO, 2010, p. 11).

Diante disso, entende que os discursos pejorativos advindos do universo fóbico possibilitam transferir o discurso das margens para o centro. Tais ressignificações podem parecer de início potencialmente arriscado, porém observa-se cada vez mais vinculada à produção de uma identidade social em que não se atravessa discursos que tendem a legitimar a anormalidade por um viés religioso, médico e jurídico. Por conta disso, queremos enfatizar que a região sul-mato-grossense tem pouca produção em educação no que se refere ao tema das TS. Elas não estão protagonizando cenas escolares, a produção acadêmica em educação tem sido rasa, tornando-se desproporcional em relação aos estudos sobre homossexualidades e do gênero feminino.

Transgredir os dizeres que ressoaram por muito tempo sobre identidades homossexuais e transexuais – psicóticos, monstros, pervertidas, anormais etc. –, alia-se uma possibilidade pós-identitária de compreender os discursos existentes naquilo que se cria como culturas daqueles/as que estão nas margens, ou poderíamos também considerá-los/as como precursores de outros dizeres que, por agora os/as denominam. E, como todos/as sabemos, enaltecer pelo discurso aquilo que é abjeto nos efeitos de sentido pode causar um impacto negativo em práticas educativas – ou também poderíamos dizer culturais – que se consolidam moralizadas e civilizadas (BENTO, 2010). Nesse contexto, a compreensão que temos sobre os diferentes modos de expressão de gênero não estão vinculadas às cirurgias de transgenitalização, mas como Bento (2006) caracteriza nas relações entre corpo e subjetividade, onde “o que faz um sujeito afirmar que pertence a outro gênero é um sentimento que para muitos transexuais, a transformação do corpo por

meio dos hormônios já é suficiente para lhes garantir um sentido de identidade, e eles não reivindicam, portanto, as cirurgias de transgenitalização” (BENTO, 2006, p. 44).

De modo bastante resumido, ao falarmos em questões a se avançar, objetivamos deslocar dois movimentos. O primeiro se refere à construção do conhecimento na Pós-graduação sul-mato-grossense, especialmente em Educação a despeito do gênero e da sexualidade, elegendo as estudantes Ts como foco da análise. E mesmo construindo uma análise bem elaborada para dizer que as produções sobre elas não acontecem, ainda, providenciamos momentos de incitar discussões futuras que tragam possibilidades de compreender as corporalidades Ts que lá se fazem e estão. Essa vírgula, já citada anteriormente, nos deslocou reconhecer – mesmo que de modo mínimo – à construção histórica sobre os saberes que permeiam a formação identitária Ts como pertencente a um centro de poder, nos espaços onde se dizem de maneira positiva de um modo de ser, de modo a demonstrar a relação entre escolarização e possibilidades oportunas de permanência escolar. Isso significa que este estudo se portou com princípio analítico e, também poderíamos dizer provocador de problemáticas que pairam no universo educacional no que se refere ao atendimento e práticas educativas direcionadas a estudantes Ts.

Veio daí, como segundo movimento, a necessidade de desnaturalização de práticas que insistem em reproduzir lógicas sexistas e, com isso, dirigidas a experimentar modos únicos de subjetividades heteronormatizadas. Enfatizando, a escola representa um espaço de transformação de modos reguladores do ser e do estar – como resultado de culturas daqueles/as que se encontram em dimensões indizíveis do discurso de normalidade – de pessoas menos reconhecidas e que, por conta disso, não fazem parte dos saberes pedagógicos e das práticas escolares lá produzidas (JUNQUEIRA, 2009). Desta função, a escolarização de estudantes Ts tem se ocupado, posto que a educação foi – e ainda pode ser que seja – vista por muitos/as como um espaço de acesso a formas civilizadas e moralistas de ser, como bem analisa Veiga-Neto (2000, p. 10) “Ou, em outras palavras: uma sociedade a mais previsível e segura possível. Ou, usando o pensamento de Bauman (2000): a escola foi colocada a serviço da limpeza do mundo”.

Por que não dizer sobre vírgulas ao invés de pontos finais?

Este texto desafia um território permeado de normas orientadas por discursos e práticas que investem em corpos organizados, fixos, binários, que produz discussões provocantes à proposta de uma (in)conclusão que “não pretender dizer, aos que estão entrando no mundo, o eu é o mundo; o que no máximo ela pode dizer é mostrar como o mundo é constituído nos jogos de poder/saber por aqueles que falam nele e dele, e como se pode criar outras formas de estar nele” (VEIGA-NETO, 2003, p. 13). Isto porque, ao contrário do que lá muito tem se proposto, corroboramos com uma escola em que o contato com a diferença no mundo de culturas é inevitável, um território em que o “problema é que esse “outro”, numa sociedade em que a identidade torna-se, cada vez mais, difusa e descentrada, expressa-se por meio de muitas dimensões. O outro é o outro gênero, o outro é a cor diferente, o outro é a outra sexualidade, o outro é a outra raça, o outro é a outra nacionalidade, o outro é o corpo diferente” (SILVA, 2000, p. 97). As práticas escolares e pedagógicas, cotidianamente, experimentam lidar com o/a outro/a como se ele/a fosse homogêneo/a e vinculado/a às identidades pré-fixadas, um conjunto de práticas dirigidas a corpos disciplinados, classificados e hierarquizados, práticas que “se negam a perceber e a reconhecer as diferenças de públicos, mostrando-se “indiferente ao diferente”, encontra, no caso de estudantes homossexuais, bissexuais ou transgêneros, sua expressão mais incontestável” (JUNQUEIRA, 2009, p. 30). As estudantes Ts problematizam o currículo, pois desequilibram explicações sexistas e normativas contidas em práticas que são naturalizadas nas hierarquias de gênero dispostas no cotidiano escolar.

A passagem que nos dispomos nessa discussão visa criar modos alternativos de uma educação que dialogue com a construção do conhecimento científico sobre Ts nas escolas. Que provoque formas estratégicas de perturbar a limitação e a fronteira entre os padrões de gênero, arriscar na empreitada perigosa do “convite para criar novos universos de referência, abertos menos ao campo da representação e interpretação e mais à experimentação de espaços desinvestidos de certo e errado” (STUBS; TEIXEIRA FILHO; PERES, 2014, p. 786). Reconhecer no universo do ser um estilhaço de infinitas possibilidades de estar, a escola enquanto um espaço atravessado pela diferença possa ser um espaço em que àqueles/as fora do discurso de ordem possam compor cenas de protagonismo, que crianças e adolescentes possam conviver com diferentes maneiras de se expressar meninos e meninas. E por nos permitir transformar as práticas escolares em práticas desnormalizadas, desterritorializadas, descentradas queremos contribuir para pensar numa escola que coexista dentro de “um sistema vivo, no qual a ideia de sujeit@ é tida como

mutável e composta de aberturas, que não se encontram, necessariamente, presa a uma identidade fixa” (STUBS; TEIXEIRA FILHO; PERES, 2014, p. 155).

Produzida dentro do conjunto de possibilidades do ser e do estar, a prática pedagógica irá problematizar os conhecimentos que fixam identidades, por exemplo, a formação discursiva que permeia o imaginário social que mulheres Ts são relegadas a contextos de prostituições e espaços fora da ordem do discurso (FOUCAULT, 2013). Como resultado trará condições de produzir as estratégias necessárias para problematizar as verdades que deslocará a verdade da identidade normativa como referência para trazer de modo bastante profícuo identidades, antes às margens dos lugares de contestações. Na perspectiva de uma pedagogia das diferenças, pensamos não apenas anunciar o potencial agressor e fóbico que convivem identidades Ts nas escolas, mas também produzir uma “política pedagógica e curricular da identidade e da diferença tem a obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença. Ela tem que colocar no seu centro uma teoria que permita não simplesmente reconhecer e celebrar a diferença e a identidade, mas questioná-las” (SILVA, 2000, p. 100).

Para pensar estas questões atreladas à produção sul-mato-grossense sobre Ts nas escolas, o estado da arte trouxe produções significativas sobre as questões de gênero e homossexualidades, porém não conseguiu construir uma imagem sobre a transexualidade nas escolas. Discutir sobre esta questão tem sido problemática para professores/as, uma vez que possibilita entender que sexo, gênero e sexualidade não estão vinculados de maneira rígidos, mas

[...] qualquer tentativa de rotulação pode ser desfeita pela pulsação da subjetividade, que possibilita ao sujeit@ se desprender de rótulos e estigmas ao construir outros planos existenciais, formando linhas de fuga que escapam das forças institucionais que homogenizam as singularidades, abrindo-se para a composição de novas formas de subjetivação (STUBS; TEIXEIRA FILHO; PERES, 2014, p. 789).

Nesta perspectiva, vimos nas práticas escolares potentes modos de problematizar e questionar os saberes produzidos na escola e nas salas de aula. Para enfrentar este quadro fóbico que se constituem identidades Ts, a saber, de que nos eventos escolares não se tenha observado experiências flexíveis e contínuas, as pesquisas na região sul-mato-grossense avançam para problematizar a questão das feminilidades e das práticas vinculadas a ela. Todavia, ainda, não produziu saberes Ts sobre estas estudantes situadas nos quadros fóbicos de muitas escolas daquela região.

Cabe reconhecer que escrever sobre Ts abre possibilidades para articular os pólos ‘estranho’ e ‘normal’. Com isso podemos dizer que instaura a abertura ao risco, o novo pressupõe destituição do velho, provoca o descontrole, desregula o controle, desloca centros. Assim, deslocar das margens as estudantes Ts para o centro do trabalho educativo consiste em tornar os sistemas educacionais mais flexíveis e promotores de condições de permanência e fruição do direito de construir projetos de vida por meio da escolarização de qualidade.

Esta questão é uma transformação necessária e consiste em constantes perturbações dos modelos e práticas atuais. Isso significa que estudantes Ts precisam ter reconhecidas suas identidades de gênero e serem tratadas conforme se identificam e se dizem ao mundo, uma vez que “o reconhecimento da legitimidade da transgeneridade é decisivo para assegurar-lhes direito à autodeterminação de gênero e dignidade humana” (JUNQUEIRA, 2010, p. 223).

Contudo, é importante observar, nas práticas escolares e pedagógicas a presença da abertura compreensível ao novo para providenciar contextos de fala que respeitam a presença delas no ambiente escolar. Pressupõe uma prática que se vincule ao respeito, à justiça, à reparação de danos irreversíveis que se tornam massacres em existências Ts por todo o Brasil. Uma ação educativa que se pretende transformadora, conforme diz Louro (2009, p. 72), entende a sexualidade como uma curiosidade em aprender, para assim “levar e apostar que uma teoria e uma política voltadas, inicialmente, para a multiplicidade da sexualidade, dos gêneros e dos corpos possam contribuir para transformar a educação num processo mais prazeroso, mais efetivo e mais intenso”.

Assim, esperamos ter apresentado um conjunto reflexivo interessante para se pensar em possibilidades transformativas das práticas escolares dirigidas às estudantes Ts, bem como a necessidade de se problematizar as corporalidades trans nas escolas na região sul-mato-grossense, especialmente nas pesquisas em educação. Em outras palavras, ao dizer sobre vírgulas providenciamos discussões que não se limitem, esgotem ou tornem-se pontuais, mas que elas adquiram novas problemáticas, traga espaços diversos de modo incansável para atingir e causar desequilíbrios constantes nos pontos contraditórios à diversidade que objetivam se tornar explicações hegemônicas sobre determinar um modelo único de ser.

Notas

¹ “As estudantes trans” são pessoas que têm o sexo biológico de macho, mas iniciam um processo de construção do gênero feminino em seus corpos com ou sem cirurgias de transgenitalização.

² A Lei 11.340 denominada de Lei “Maria da Penha” foi sancionada no ano de 2006, visando coibir toda e qualquer forma de violência doméstica e familiar contra a mulher.

³ A Portaria nº 7 de 2009 do CAPES compreende que o Mestrado Profissional “terá como ênfase os princípios de aplicabilidade técnica, flexibilidade operacional e organicidade do conhecimento técnico-científico [...]”.

⁴ Os processos de subjetivação ocorrem, segundo Peres (2009, p 238), por meio de um processo normatizador e outro singularizador, o que nos leva a compreender que “Os modos de subjetivação normatizadores seriam responsáveis pela manutenção da ordem estabelecida, da [...] modos de subjetivação singularizadores se mostrariam como linhas de fuga, como contrapoderes ou resistências em face do poder (no sentido foucaultiano),[...]”.

⁵ Em Judith Butler, Sara Salih (2015, p. 20) pondera que os estudos da autora estão permeados da teoria queer, porque considera que esta teoria “empreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e instabilidade de todas as identidades sexuadas e “generificadas”.

Referências

BENTO, Berenice. *A (re)invenção da transexualidade: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. As tecnologias que fazem o gênero. In: VII Congress Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero, Curitiba: UFPR, 2010. Disponível em: <<http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E8_As_Tecnologias_que_Fazem_os_G%C3%AAneros.pdf>>. Acessado em: 12 de Dez de 2016.

BOHM, Alessandra Maria. *Os monstros e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis*. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

BRASIL. *Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Secretaria Nacional de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. SEMTEC: Brasília, 1999.

BRASIL. Portaria nº 7, de 22 de Junho de 2009. Aprova o Mestrado Profissional no âmbito do CAPES. *Diário Oficial da União*, 23 de Jun. de 2009, Seção 1.

CAMPOS, Míria Izabel. *Memórias de infância de Professoras da Educação Infantil: gênero e sexualidade*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Dourados/MS, 2010.

CASTRO, Leandro Batista de. *Gênero, diversidade sexual e educação: concepções de Professoras da Educação Básica no Município de Paranaíba/MS*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, Paranaíba/MS, 2016.

COMITÊ ESTADUAL EM DEFESA DA LEI MARIA DA PENHA. *CPMI da Violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: 2012*. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20311.pdf>>.
Acessado em: 12 de Dez. de 2016.

DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. 34^a ed. São Paulo: 1999.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, ano 23, n. 79, Agosto/2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acessado em: 12 Dez 2016.

FOUCAULT, Michel. *A ética e o cuidado de si como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *A Ordem do Discurso*. 13 ed. São Paulo: Loyola, 2013.

_____. *Os anormais*. Paulo: Martins Fontes, 2010.

GODOY, Emerson André de. *Sexualidade e currículo: a educação sexual no currículo oficial do Estado de São de Paulo para o Ensino Médio*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, Paranaíba/MS, 2014.

HENKIN, Rosana Montin. *Formação de Professores/as em gênero, raça e etnia: contribuições do Projeto Gênero e Diversidade na Escola*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, Campo Grande/MS, 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/SECAD, 2009, p. 13-52.

_____. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Espaço do Currículo*, 2, pp. 208-230, set/2010.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6^a ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/SECAD, 2009, p. 85-94.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MAISATTO, Roberta de Oliveira. *Corpos e Gênero: representações de crianças de uma Instituição Especializada no atendimento às pessoas com deficiência intelectual e múltipla no Município de Corumbá/MS*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Corumbá/MS, 2014.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de exclusão anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/SECAD, 2009, p. 235-264.

RAGO, Luiza Margareth. "Adeus ao feminismo! Feminismo e (pós)modernidade no Brasil". *Cadernos AEL*, n. 3/4, p. 1-33, 1995/1996.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução de Guacira Lopes Louro. 1ª ed. 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SANTOS, Valéria Lopes dos. *Representações de gênero nas falas das Professoras de Pré-escola e do Primeiro Ano do Ensino Fundamental que atuam de Corumbá/MS*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Corumbá/MS, 2011.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. *Currículo do Estado de São Paulo/ Linguagens, Códigos e suas tecnologias São Paulo*. São Paulo: Coordenação Maria Inês Fini, coordenação de área Alice Vieira São Paulo: SEE, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*. 20 (2), p.71-99, 1995.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. *Vozes (Des)veladas: memórias de homossexuais sobre práticas escolares*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, Paranaíba/MS, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOUZA, Junior Tomaz de. *Violências de gênero mediante percepções de estudantes do Ensino Médio de uma Escola Pública em Paranaíba/MS*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS, Paranaíba/MS, 2015.

STUBS, Roberta; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva; PERES, Wiliam Siqueira. A potência do *cyborg* no agenciamento de modos de subjetivação pós-identitários: conexões parciais entre psicologia, arte e gênero. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 26 – n. 3, p. 785-802, Set./Dez. 2014
VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. *Revista Brasileira de Educação*, nº 23, 2003.

WASELFICZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. 1ª Ed. Brasília: Ministério das mulheres, da igualdade racial e dos direitos humanos, 2015.

Submetido em 29-01-2017

Aprovado em 28-11-2018

Licença *Creative Commons* – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)